



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo n°** 13782.720308/2011-28  
**Recurso n°** Voluntário  
**Acórdão n°** 2001-000.562 – Turma Extraordinária / 1ª Turma  
**Sessão de** 25 de julho de 2018  
**Matéria** IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA  
**Recorrente** JOSÉ HENRIQUE MOREIRA PILLAR  
**Recorrida** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF**

Ano-calendário: 2008

DEDUÇÃO. DESPESAS MÉDICAS.

Poderão ser deduzidas da base de cálculo as despesas médicas comprovadas referentes ao tratamento do contribuinte ou de seus dependentes.

DEDUÇÃO COM DEPENDENTE.

Evidenciada a condição de dependente, nos termos da legislação de regência, torna-se insubsistente a respectiva glosa.

JUROS MORATÓRIOS. INCIDÊNCIA.

É correta a incidência dos juros de mora sobre o crédito tributário, incluindo os valores da multa de ofício não pagos, a partir de seu vencimento, considerando que a multa de ofício é classificada como débito para com a União, decorrente de tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por voto de qualidade, em dar provimento ao Recurso Voluntário, vencidos os conselheiros José Ricardo Moreira e Fernanda Melo Leal, que lhe deram provimento parcial.

(assinado digitalmente)

Jorge Henrique Backes - Presidente e Relator

Participaram das sessões virtuais não presenciais os conselheiros Jorge Henrique Backes (Presidente), Jose Alfredo Duarte Filho, Jose Ricardo Moreira, Fernanda Melo Leal.

## Relatório

Trata-se de Notificação de Lançamento relativa à Imposto de Renda Pessoa Física, glosa de Despesas Médicas.

O Recurso Voluntário foi apresentado pelo relator para a Turma, assim como os documentos do lançamento, da impugnação e do acórdão de impugnação, e demais documentos que embasaram o voto do relator. Esses destaques não constam desse relatório, pois estão disponíveis no processo.

Trata-se de discussão sobre despesas médicas e sobre dedução de dependente foi aceito no acórdão de impugnação em relação aos filhos universitários, e não da filha Alice, para a qual há discussão sobre incapacidade para o trabalho. Trata-se de questão de prova, convencimento em relação aos documentos apresentados.

## Voto

Conselheiro Jorge Henrique Backes, Relator

Verificada a tempestividade do recurso voluntário, dele conheço e passo à sua análise.

Em relação à matéria da incapacidade para o trabalho de um dependente dispôs o Decreto 3.000 de 26 de março de 1999, em seu art. 77:

*Art. 77. Na determinação da base de cálculo sujeita à incidência mensal do imposto, poderá ser deduzida do rendimento tributável a quantia equivalente a noventa reais por dependente (Lei nº 9.250, de 1995, art. 4º, inciso III).*

*§ 1º Poderão ser considerados como dependentes, observado o disposto nos arts. 4º, § 3º, e 5º, parágrafo único (Lei nº 9.250, de 1995, art. 35):*

.....

*III a filha, o filho, a enteada ou o enteado, até vinte e um anos, ou de qualquer idade quando incapacitado física ou mentalmente para o trabalho;*

O atestado de um neurologista descreve problemas cognitivos e de motricidade. Segundo este atestado a paciente está impossibilitada de exercer qualquer atividade que exija certo grau de capacidade intelectual.

O contribuinte trouxe, ademais, Laudo Médico, fl. 77, onde há descrição pormenorizado dos problemas da dependente, e conclui que ela não tem condições mínimas de exercer qualquer atividade laborativa.

A incapacidade fica comprovada pelos documentos em questão, ficando caracterizada a situação para inclusão como dependente, com despesas médicas a ela referentes.

Alguns valores do lançamento já foram aceitos no acórdão de impugnação, e o recurso voluntário tratou apenas da questão da dependente com incapacidade e de suas despesas médicas.

Observe-se que as multas e juros, foram aplicados conforme a legislação, art. 957 do Decreto n. 3.000 de 26 de março de 1999, não existindo previsão para aplicá-las de maneira diversa ao que foi feito.

Foi contestada a incidência de juros sobre a multa, porque isso implicaria numa majoração indireta da própria penalidade, não se podendo falar em mora na exigência de multa.

Sem razão a insurgência manifestada.

O CTN, ao contrário do entendimento exposto na peça de resistência, ampara a incidência de juros de mora sobre o valor da multa de ofício:

*Art. 113. A obrigação tributária é principal ou acessória.*

*§ 1º A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.*

...

*Art. 139. O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta.*

Efetuada o lançamento, nos termos do artigo 142 do CTN, extrai-se que multa de ofício integra o crédito tributário constituído. Assim, por decorrência lógica, é legítima a incidência de juros de mora sobre a multa de ofício. Esta assertiva está bem disciplinada pelo CTN:

*Art. 161. O crédito não integralmente pago no vencimento é acrescido de juros de mora, seja qual for o motivo determinante da falta, sem prejuízo da imposição das penalidades cabíveis e da aplicação de quaisquer medidas de garantia previstas nesta Lei ou em lei tributária.*

A incidência de juros sobre as multas de ofício foi introduzida pelo legislador ordinário através das Leis nº 9.430/1996 e 10.522/2002. O § 3º do art. 61 da Lei nº 9.430/1996 estabelece:

*Art. 61. Os débitos para com a União, decorrentes de tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal,*

*cujos fatos geradores ocorrerem a partir de 1º de janeiro de 1997, não pagos nos prazos previstos na legislação específica, serão acrescidos de multa de mora, calculada à taxa de trinta e três centésimos por cento, por dia de atraso.*

...

*§ 3º Sobre os débitos a que se refere este artigo incidirão juros de mora calculados à taxa a que se refere o § 3º do art. 5º, a partir do primeiro dia do mês subsequente ao vencimento do prazo até o mês anterior ao do pagamento e de um por cento no mês de pagamento.*

Por sua vez, os artigos 29 e 30 da Lei nº 10.522/2002, dispõem da seguinte forma:

*Art. 29. Os débitos de qualquer natureza para com a Fazenda Nacional e os decorrentes de contribuições arrecadadas pela União, constituídos ou não, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 1994, que não hajam sido objeto de parcelamento requerido até 31 de agosto de 1995, expressos em quantidade de Ufir, serão reconvertidos para real, com base no valor daquela fixado para 1º de janeiro de 1997.*

*Art. 30. Em relação aos débitos referidos no art. 29, bem como aos inscritos em Dívida Ativa da União, passam a incidir, a partir de 1º de janeiro de 1997, juros de mora equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento.*

A multa de ofício é crédito da União, decorrente de tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. Ela, assim como o imposto, compõe o crédito tributário, isto é fato.

A cobrança de juros de mora decorre de lei. É devida a incidência de juros sobre o crédito tributário, incluindo a multa de ofício, não recolhido no seu vencimento.

Processo nº 13782.720308/2011-28  
Acórdão n.º **2001-000.562**

**S2-C0T1**  
Fl. 4

---

### Conclusão

Em razão do exposto, voto por dar provimento parcial ao recurso voluntário apresentado, acatando inclusão como dependente de filha incapaz para o trabalho e suas despesas médicas, e negando provimento para mudança de cálculo em relação a multa e juros.

É como voto.

(assinado digitalmente)

Jorge Henrique Backes - Relator